

## ■ ARTIGOS

# ■ A Educação Ambiental como instrumento de promoção da cultura de paz na escola pública

 Antonio Marcos Pantoja dos Santos \*

**Resumo:** Este artigo aborda as práticas pedagógicas de Educação Ambiental associadas à cultura de paz em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal. No primeiro momento, o trabalho detém-se em fazer um levantamento bibliográfico para contextualizar os procedimentos metodológicos da pesquisa e, na sequência, traça-se uma trilha histórica da Educação Ambiental, delimitada por marcos legais de suas ações nos Anos Iniciais da Educação Básica, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Ambiental. A seguir, discute-se questões relacionadas à importância da Educação Ambiental como instrumento de promoção da cultura de paz nos variados segmentos da escola pública. Por fim, são apresentados resultados oriundos da participação de professores em oficinas e formações sobre Educação Ambiental e Cultura de Paz, possibilitando reflexões em torno de propostas que promovam a cultura de paz em uma Unidade Escolar pública de Ensino Fundamental na região de Ceilândia, Brasília-DF.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Cultura de Paz. Prática Pedagógica

---

\* Antonio Marcos Pantoja dos Santos é graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA (2000), especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade, também pela UFPA (2010), pós-graduado em Gestão e Orientação Educacional pela Faculdade de Tecnologia Equipe Darwin – FTED (2013). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Contato: antoniomarcos@edu.se.df.gov.br.

## Introdução

As discussões sobre os temas ambientais vêm tomando espaço em nível mundial nas últimas décadas, haja vista que os problemas de caráter ambiental apresentam crescimentos alarmantes em todo o planeta. É o que se tem visto através de estudos e pesquisas divulgados em eventos científicos e nas mídias que mostram o aumento das áreas de desmatamento na Amazônia, mudanças climáticas, derretimento de geleiras, enchentes, aumento da temperatura em todos os países – comumente denominado de aquecimento global – como consequência do efeito estufa, queimadas devastadoras, como as que ocorrem nos Estados Unidos e Portugal, por exemplo. Há, ainda, o aumento da fissura na camada de ozônio, além de outras questões, entre elas: escassez de água potável, sustentabilidade e extermínio de várias espécies da biodiversidade mundial. São alguns exemplos de problemas ambientais que devem ser discutidos por todos.

Grande parte desses problemas é causada pelo próprio ser humano através de suas ações impensadas. Pode-se afirmar que essas ações vão desde um pequeno pedaço de papel jogado em uma via pública até uma grande queimada operada por um agricultor para o plantio ou criação de animais. Todos acabam sofrendo as consequências, quer seja a longo ou a curto prazo. A vida, animal, vegetal ou humana, está ameaçada.

Por outro lado, quando se toma o caminho inverso e as pessoas passam a se preocupar com o meio ambiente e os recursos naturais que dele provém, consequentemente os benefícios são usufruídos por todos. Prima-se por mudanças de atitudes que tenham origem em um processo educativo e social, pois, ao mesmo tempo em que as práticas sociais em favor de um ambiente saudável e sustentável, trazem qualidade de vida para o próprio indivíduo, fazem surtir também efeito positivo na sociedade como um todo. É então que entra em ação o sentimento de solidariedade, respeito e protagonismo ambiental e social.

Essas atitudes não são trabalhadas apenas no meio social, mas também no meio educacional. A escola é o ator mais importante da Educação Ambiental, uma vez que ela tem o privilégio de receber crianças e jovens que estão no auge do estágio de sua formação em que podem assimilar as informações e os saberes da vida cotidiana. É nesse momento em que se forma o caráter e se constroem os valores, e por isso a escola se configura como o espaço por excelência que forma os indivíduos como cidadãos para pleno usufruto de todos os seus direitos e deveres.

Como está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em todos os conteúdos curriculares é possível trabalhar as questões ambientais,

tendo em vista que ela é considerada um tema transversal, ou seja, possui um vínculo estrito com todas as áreas do conhecimento, podendo dialogar com todos os conteúdos através das mais diversas metodologias e estratégias de ensino.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental na educação básica não se detém apenas entre quatro paredes, ou seja, no espaço da sala de aula. Ele toma outras dimensões que extrapolam os muros da escola, indo além do ensinar a leitura, escrita ou as quatro operações matemáticas básicas. São atividades nas quais os estudantes tenham a liberdade de poder manusear materiais concretos, a terra, as plantas e perceber que através de suas experiências são capazes de desenvolver o pensamento científico, sua curiosidade, seu senso de autonomia em busca do conhecimento transformador e a cooperação, cuidado e respeito, não apenas com os elementos da natureza, mas também com o outro, com todos os seres humanos.

É nesse ponto formativo onde se observa que a prática de cuidar do meio ambiente é a atividade que mais os estudantes gostam de fazer e se sentem à vontade para isso. Assim, a Educação Ambiental suscita o envolvimento dos estudantes e dos seus responsáveis no processo de ensino e aprendizagem, e a construção de um campo propício para que se dialogue sobre outras questões importantes para o convívio social. Forma-se, então, uma estreita relação entre a Educação Ambiental e a Cultura de Paz que pode transformar os espaços escolares, passando de um ambiente hostil para um ambiente social de boas práticas coletivas.

Tanto os professores quanto os pesquisadores da educação devem acreditar na transformação. Por isso, é fundamental que ele trabalhe esses temas com os estudantes porque são de grande relevância para a educação. Para tanto, é necessário que o educador esteja informado sobre os principais problemas de cunho ambiental e, mais que isso, estar atento para as informações que são passadas, se são fidedignas ou não. As informações também devem ser filtradas, fazendo-se uma reflexão contínua sobre elas.

Assim, a formação continuada do professor torna-se elemento indispensável para que ele esteja em constante atualização a respeito de tudo o que acontece ao seu redor e, dessa forma, possa refletir sobre sua prática pedagógica, pois Paulo Freire afirma que “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (1997, p. 38). E ainda: “Para mim é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. No processo de ensinar há o ato de saber por parte do professor. O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina” (FREIRE, 2003, p.79).

A construção coletiva da horta escolar é uma dessas experiências. Práticas educacionais como essa proporcionam a participação direta dos estudantes no desenvolvimento das ações escolares e trazem consigo uma nova forma de construir relações de cooperação, coletividade, solidariedade, responsabilidade e, o que é bastante importante para a escola enquanto patrimônio público e social, fomento do sentimento de pertencimento por parte de todos os envolvidos na ação pedagógica. Cabe aos professores, em conjunto com a comunidade escolar, refletir de forma contínua sobre os problemas que afetam diretamente as relações interpessoais na escola, suas práticas e pensar em propostas eficazes que possam reverter as situações adversas para o meio ambiente em oportunidade de geração de paz e produção de conhecimento.

## 1. Contexto e procedimentos metodológicos

Considera-se, em primeiro lugar, o grau de interesse que o tema traduz, num contexto mais amplo. Como é de conhecimento de muitos, as questões ambientais e sustentáveis têm valor significativo para o mundo, sobretudo porque o meio ambiente apresenta os diversos recursos naturais que atendem às crescentes necessidades dos indivíduos, bem como a sua sobrevivência e das futuras gerações.

Por outro lado, o interesse por esse tema também se traduz num contexto mais restrito, considerando a formação e a prática pedagógica do próprio pesquisador nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas públicas do Distrito Federal. Portanto, o tema é dotado de grande importância para o profissional da educação nos primeiros anos escolares na formação da consciência ambiental do pequeno educando, em todas as áreas do conhecimento.

Assim, por considerar a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, propõe-se no presente trabalho apresentar os resultados de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois parte-se das observações e levantamento de dados, além de informações fornecidas por várias pessoas durante o seu desenvolvimento, para então analisá-los de maneira indutiva, ou seja, fazer reflexão sobre os casos particulares e relacioná-los com o contexto geral, interpretando os fenômenos e dando-lhes significado ao longo do processo (SORIANO, 2004, p. 185).

Na pesquisa qualitativa o pesquisador pode participar do cotidiano social onde ocorrem os fenômenos que são observados e estudados à luz dos métodos científicos. Esse fator torna-se de fundamental importância para o pesquisador conhecer a realidade local, podendo contribuir significativamente para o esclarecimento dos fatos ocorridos. Parte dos pesquisadores atua em suas

atividades cotidianas no mesmo local de realização das pesquisas, o que pode influenciar na escolha do método a ser trabalhado. Porém, esse fato de forma alguma pode implicar em sua concordância com aspectos que fogem ao fomento de práticas educacionais que colaborem com a melhoria da qualidade da educação e na solução dos problemas encontrados.

O estudioso da realidade social recebe da sociedade em que vive e da instituição ou do grupo em que trabalha certos condicionamentos políticos-ideológicos que determinam as características de sua prática profissional. Esses condicionamentos se refletem na escolha dos problemas a pesquisar, na elaboração de seu marco teórico e na determinação dos métodos e das técnicas utilizados, bem como na análise e na interpretação dos resultados e no tipo de soluções que se apresentam (SORIANO, 2004, p. 185).

Por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com método indutivo, propôs-se um desdobramento socioambiental que considere a impossibilidade de tratar da dimensão ambiental sem trabalhar os temas que emergem de tal dimensão. Tendo em vista que as questões éticas, culturais, sociais, políticas e econômicas estão intrinsecamente vinculadas às questões ambientais, as mesmas devem ser caracterizadas, portanto, como essenciais no processo ensino/aprendizagem nos Anos Iniciais.

Com isso, nosso objeto de investigação foi a educação ambiental nas práticas pedagógicas desenvolvidas na escola básica. Nosso problema de investigação, por sua vez, procurou esclarecer como a dimensão ambiental está inserida tanto na formação quanto na prática pedagógica dos professores, de forma a promover a cultura de paz na instituição pública de ensino fundamental.

Assim, o campo desta pesquisa deu-se em uma Escola Classe do Distrito Federal, em caráter de ensino público, que atende estudantes dos Anos Iniciais, mais especificamente situada em um dos grandes centros urbanos localizado na periferia da capital federal, tendo como objeto principal fazer um levantamento da forma como o Projeto Político-Pedagógico apresenta as questões ambientais no currículo de formação de professores e gestores da SEDF.

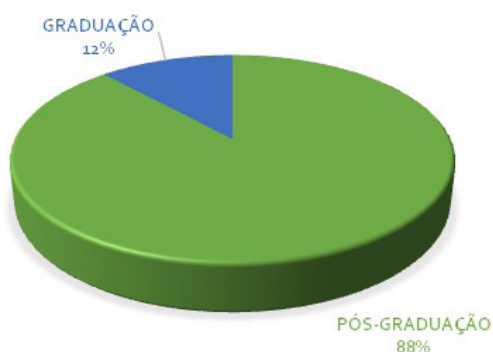
A pesquisa contou com a colaboração de 23 professores de gêneros e formações diferenciadas (Gráficos 1, 2 e 3), que desenvolvem atividades relacionadas à docência e coordenação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da equipe gestora, equipe de apoio pedagógico e ensino especial e dos participantes de oficinas de formação de Educadores Ambientais em Ambiente Escolar e do Curso de Formação de Membros do Círculo da Paz, desenvolvido pelo programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios (TJDFT), a fim de perceber como eles se

Gráfico 1. Distribuição dos professores por gênero



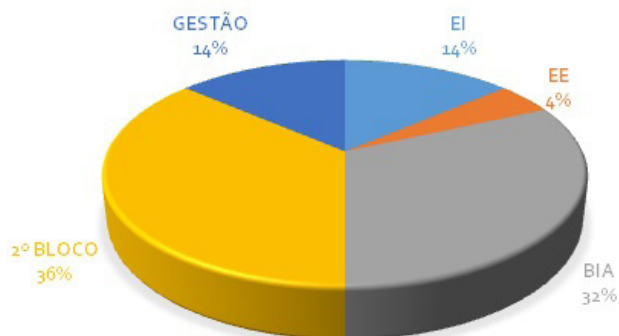
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2. Nível de formação acadêmica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 3. Participação dos professores por segmento escolar



Fonte: Elaborado pelo autor.

relacionam e implementam ações pedagógicas com a finalidade de promoção de paz na escola.

Portanto, no que tange este estudo, em especial, realizou-se um levantamento bibliográfico, *a priori*, para discutir as questões ambientais e sustentáveis e traçar uma trilha histórica da implementação de políticas públicas que abordam a Educação Ambiental como ação escolar e social fundamental para sustentabilidade do planeta e da vida humana, bem como tema curricular educacional.

O passo seguinte foi a análise do Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino Fundamental, destacando as especificidades das questões ambientais, seguida da observação para perceber o cotidiano da instituição pesquisada no que se refere às ações voltadas para tais questões.

Dando continuidade ao processo da pesquisa, foi aplicada a técnica de entrevista aberta aos docentes dos diversos segmentos, coordenadores e gestores. A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Nessa fase da pesquisa a intenção foi a de assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pudesse interromper a fala do informante.

A intenção de aplicação deste procedimento pelo pesquisador consiste em realizar análises objetiva explicar divergências entre as práticas pedagógicas analisadas, levando em consideração a sua formação do professor, tempo de atuação e sua caminhada histórica na educação, uma vez que se pretende analisar também o tempo de desenvolvimento da proposta pedagógica implementadas na instituição pesquisada.

Diante de todo levantamento dessas informações, esta pesquisa prosseguiu no processo de análise e tabulação de dados. No primeiro momento, ao realizar a análise de dados, foi necessário considerar aquilo que estava presente nas falas dos sujeitos pesquisados, ou seja, perceber os relatos relacionados ao seu cotidiano escolar. Havendo, portanto, uma descrição de acontecimentos vividos e interpretações dessas experiências. Além disso, a representação dessas vivências e experiências também foi levada em consideração, pois sabe-se que os dados não falam por si mesmos, eles precisam ser interpretados e analisados a luz de um quadro teórico metodológico, independente de serem qualitativos ou quantitativos.

Segundo Soriano (2004, p. 242), a ordem metodológica da utilização da informação consiste em uma síntese da informação em quadros estatísticos, gráficos ou relações de dados, na análise da informação, aplicando diversos métodos como o descritivo, o dinâmico, o de correlação e o de conteúdo, na síntese geral dos resultados, pois somente integrando o material será possível achar as conexões entre os fenômenos e explicar os problemas em estudo.

## 2. Trilha histórica e marcos legais da Educação Ambiental

A Educação Básica tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões de teóricos no Brasil e no mundo. Essas

discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a diversas formas de crise, seja nas questões éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

Para alguns teóricos como Leff (2007), o crescimento econômico é responsável pela crise ambiental instalada no mundo moderno. De acordo com ele, este crescimento se alimenta da natureza, esgotando, com isso, os recursos naturais. Nesta mesma linha de raciocínio, temos as considerações de Morales<sup>1</sup> enfatizando que:

A atual crise ambiental, com seus respectivos problemas, marcada pela degradação socioambiental e fruto da fragilidade dos valores e dos paradigmas que orientam a relação ser humano e natureza, intensifica-se ao longo do tempo e de forma cada vez mais acentuada a partir da Revolução Industrial, resultando na miséria, no consumismo e na exclusão social e econômica, o que evidencia, notoriamente, a deterioração permanente (2009, p. 23).

No âmbito da Educação Ambiental, crescem também os debates acerca das questões que dizem respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade de como elas se apresentam, visto serem consideradas como temas relevantes e, portanto, urgente para a sociedade por ter implicação direta com o futuro da humanidade. Durante meados da década de 1980 discutiu-se se ela deveria configurar como uma das disciplinas do currículo escolar (REIGOTA, 2014, p. 41).

Os marcos legais que sustentam a Educação Ambiental tratam o meio ambiente com base na ideia de que ele é um bem comum da humanidade e por isso é de responsabilidade de todos, pois a própria Constituição Federal do Brasil de 1988 o trata dessa forma.

Na década de 90 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil, onde participaram mais de 10 mil representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG's) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Na ocasião foi promulgada a *Declaração do Rio*, também chamada de *Carta da Terra*, que traz em seu preâmbulo o seguinte:

Nós somos da Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós estimamos a Terra, como lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo à base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade de poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra

para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado [...] (GADOTTI, 2000. p. 202)

Por conseguinte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96 – veio reafirmar a Educação Ambiental como tema transversal, mostrando que os currículos escolares deveriam ser constituídos levando em consideração a obrigatoriedade dos temas transversais, como o meio ambiente, por exemplo. A conclusão que se chegou foi que ela deveria permear as disciplinas já estabelecidas, o que se concretizou com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, no final da década de 90.

A escola, por ser o espaço por excelência para se tratar da Educação Ambiental, deveria intensificar esse debate em suas atividades rotineiras. Foi por isso que foram constituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, organizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável pelos currículos e propostas pedagógicas das instituições de ensino. Em 2012<sup>2</sup>, o Ministério da Educação (MEC), através da Resolução Nº 2, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, estruturada com objeto, princípios, organização curricular e sistema de ensino e regime de colaboração.

Nesta Resolução é possível observar que a Educação Ambiental deve permear não somente os conteúdos disciplinares, mas compartilha a intenção de que esse tema extrapola os espaços escolares e passa a fazer parte da vida das pessoas, na medida em todos são diretamente afetados por suas ações frente ao meio ambiente, pois ela não pode ser considerada uma atividade aquém das relações sociais e sim assumir sua posição política, social e educacional, tal como mostram os dois artigos a seguir:

Art. 2º: A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 5º: A Educação não é uma atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógicas.

Em nível local é criada a Lei Distrital nº 3.833/06, que trata da Política de Educação Ambiental do Distrito Federal, sendo regulamentada pelo Decreto nº 31.129/09. A Lei traz em seu artigo 5º, como princípio básico da Educação Ambiental, o “enfoque humanista, holístico,

democrático e participativo” com a “participação da comunidade”, ou seja, toda a comunidade escolar e, portanto, estas políticas públicas devem estar presentes não apenas nas atividades pedagógicas desenvolvidas na lógica escolar, mas no cotidiano dos estudantes, professores e gestores, sendo todos responsáveis – como afirmado anteriormente – pela sustentabilidade ambiental e social, pois de acordo com Gutiérrez (1996, p. 26 *apud* GADOTTI, 1998, p. 6), “estamos frente a duas lógicas que de modo algum devemos confundir: a lógica escolar e a lógica educativa”. A educação para um desenvolvimento sustentável não pode ser confundida como uma educação escolar.

Já para Gadotti (2000), a escola pode contribuir muito – e está contribuindo, pois hoje as crianças escolarizadas levam para os adultos em casa a preocupação com o meio ambiente –, mas a ecopedagogia<sup>3</sup> pretende ir além da escola: ela pretende impregnar toda a sociedade. Por isso, parte-se da visão de que é imprescindível para as escolas planejar, desenvolver e avaliar continuamente as propostas pedagógicas em suas turmas, bem como instrumentalizá-las com ações que visem à formação da consciência ambiental, comprometida com o bem estar social, político, cultural e econômico em geral. É o que se propõe na educação ambiental: a formação do ser humano no contexto de sua integralidade e para a sua emancipação, tendo em vista a sua qualidade de vida e de seus pares.

Quando os indivíduos convivem em espaços capazes de construir um ambiente de paz, as relações entre eles tendem a ser cada vez mais saudáveis. Professores, estudantes, gestores e comunidade em geral fortalecem os laços de solidariedade, participação e cooperação para o bem-estar comum através do diálogo, onde cada um pode ter a sua voz ouvida. A solução para os problemas enfrentados no ambiente escolar pode ser encontrada de forma coletiva e cidadã.

A educação ambiental como educação política, está comprometida com a da ampliação da cidadania da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, 2014, p 13).

Desta forma, a educação dialógica é de fundamental valor, pois pode contribuir para restabelecer um paradigma de sociedade fechada ou cooperar para a consolidação de um novo momento histórico, uma sociedade aberta. “O valor educativo resume-se no impulso que dá às pessoas para se incorporarem a essa transição” (NÓVOA, 1979, p. 12). Não se trata da formação de indivíduos críticos somente para o presente. É necessário olhar muito além, para as gerações futuras, de como se trabalha em práticas sustentáveis do meio ambiente.

Sendo assim, ao abordar as questões que envolvem a educação como instrumento de promoção da cultura de paz, especificamente dentro das práticas pedagógicas nos Anos Iniciais, é necessário considerar a dimensão ambiental que trabalha as questões sociais, políticas, econômicas e culturais como base de reflexão sobre a crise ambiental e existencial do ser humano.

### 3. Educação Ambiental como instrumento de promoção de cultura de paz

As situações de conflitos e violência vividas nas sociedades dos dias atuais é consequência de um processo histórico e cultural. No Brasil essa realidade não é diferente e se conjuga com as diversas esferas sociais, quer sejam nos grandes centros urbanos ou no campo.

Em diversos meios de comunicação é possível ouvir ou assistir notícias que envolvem situações de forte violência – física ou verbal – contra crianças, mulheres, negros, homossexuais, entre outras classes da população. Há também prisões por diversos crimes, tráfico de drogas, etc. Vale ressaltar que os atos de violência não atingem apenas as pessoas, mas também os animais e o patrimônio público.

Nas escolas públicas são recorrentes os casos de violência entre os estudantes ou entre os estudantes e seus professores, ou quando não, atos de vandalismo, depredação e pichação, pois percebe-se que as escolas reproduzem o mundo exterior. Assim, o que se pode notar é que a questão da violência nas escolas acontece tanto naquelas que estão localizadas em regiões centrais quanto nas periféricas (CUNHA, 2018)<sup>4</sup>.

Ceilândia é uma Região Administrativa (RA) distante cerca de 30 km do centro de Brasília, com uma população de 489.351 habitantes (2015) e uma área de 230,3km<sup>2</sup>. Dentro dessa região encontra-se aquela que é considerada a segunda maior favela a céu aberto da América Latina, denominada de Sol Nascente, onde se pode perceber a desigualdade social e outros mais problemas sociais e econômicos. De acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), os domicílios em situação de vulnerabilidade de Ceilândia e do Sol Nascente somam 2.650 e 1.307, respectivamente, totalizando a região com o maior número de domicílios nessa situação. Outro dado que chama a atenção, apontado por essa estatal, é que Ceilândia está entre as regiões que tem menor desempenho ambiental em um levantamento realizado em 2016.

Boa parte dos estudantes atendidos pela escola estudada é oriunda de famílias economicamente menos favorecidas e de áreas consideradas de vulnerabilidade social, como é o caso da Comunidade Sol Nascente. Uma grande maioria dos estudantes residentes nessa comunidade se locomove até a respectiva escola

utilizando-se de transporte escolar oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). Uma parcela desses estudantes não conta com o acompanhamento escolar da família, tem escassez de material ou uniforme escolar e muitas vezes chegam à escola sem se alimentar adequadamente, pois isso foi possível notar nos relatos de alguns professores ou dos próprios estudantes.

Como já afirmado, a escola é considerada uma extensão da sociedade e, como tal, é um espaço onde ocorrem com frequência fenômenos da violência. A tarefa é árdua, como todo o processo educacional: de desconstruir paradigmas entranhados no âmago de uma sociedade. Todavia, os professores e pesquisadores não devem se ater a essa constatação e deixar de observar as inúmeras experiências exitosas que visam o fomento da cultura de paz. Além disso, nas escolas públicas, especificamente nos Anos Iniciais, podem ser desenvolvidas diversas estratégias e ações pedagógicas com finalidade de promover uma cultura de paz, que seja capaz de reverter a condição de “mundo violento” para um ambiente de relações interpessoais saudável, entre elas, a Educação Ambiental através da construção, manutenção e estudos das hortas escolares.

Assim, a pesquisa realizada na escola pública selecionada demonstrou que a Educação Ambiental, através da horta escolar e de outras atividades desenvolvidas, pode contribuir consideravelmente para a construção de espaços democráticos, saudáveis e sustentáveis. Quando se coopera em função do bem estar comum, os estudantes tendem a sentirem-se úteis, responsáveis, em ambiente seguro e abrem canais de diálogo para resolver conflitos e problemas da escola – desde o conserto de uma porta de um banheiro até a instalação de estruturas maiores –, beneficiando a todos os envolvidos nessa ação.

Práticas como essa ratificam o que diz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Artigo 13, sobre os objetivos da Educação Ambiental: “promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz”. Uma vez que uma das funções sociais da escola pública deve ser de combater toda e qualquer ação ou gestos de agressão, quer sejam físicas ou verbais.

### 3.1 O Círculo da Paz e proposta pedagógica da escola

A implantação do projeto Vozes da Paz<sup>5</sup> reforçou as práticas desenvolvidas pelos professores da instituição onde a pesquisa foi realizada e trouxe uma nova metodologia, que se denominou Círculo da Paz, onde os

estudantes deveriam abrir um canal de diálogo em suas turmas para discutir os conflitos e problemas vivenciados por todos na escola, seguido de tomadas de decisão e buscas por solução.

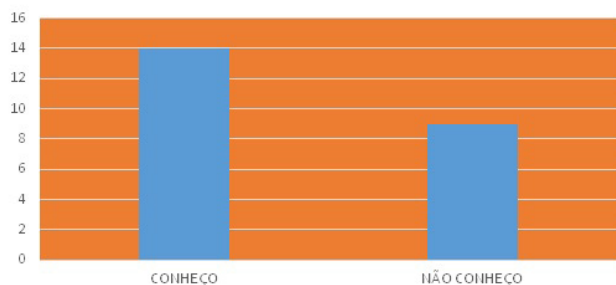
Para a implantação do projeto foi realizado no primeiro semestre letivo o Curso de Formação de Membros do Círculo da Paz. O curso contou com a participação de todos os segmentos da escola (pais, professores, gestores e estudantes) que se dispuseram a desenvolver a metodologia do projeto voltada para a cultura de paz, de acordo com os temas abordados durante o curso: a) A escola que temos; b) Reflexões sobre conceitos de violências e cultura de paz; c) Apresentação dos objetivos do projeto e das atribuições do Círculo da Paz; d) Boa prática: Círculo Escolar; e) Reflexão sobre o conflito apresentado no Círculo Escolar; f) Conflito: origens e formas de lidar; g) Escuta ativa, princípios da Comunicação Não-Violenta (CNV) da mediação de conflitos; h) Apresentação do Programa Justiça Comunitária (PJCv): O que é justiça comunitária, como funcionam os pilares, como é a atuação do agente comunitário; e i) Atividade prática: a escola que queremos.

Não obstante, foi possível notar nas falas dos professores em formação que as atitudes de desrespeito ao outro tem sido percebida dentro de seus espaços de forma recorrente, como mencionado acima. Os professores chegaram a dizer que, antes do primeiro momento de formação dos professores no Projeto Vozes da Paz, algumas atitudes eram tomadas na tentativa de solucionar os conflitos entre os estudantes ou entre eles e os professores. Dentre elas: conversa com os estudantes envolvidos, advertências, conversa com os familiares e até medida punitiva de suspensão.

Após a primeira etapa do projeto, os professores e demais envolvidos retornaram para a escola e passaram a desenvolver as práticas dialógicas de acordo com os temas que foram trabalhados no curso. O andamento dessas práticas contou com o acompanhamento periódico de uma equipe de formadores do Programa Justiça Comunitária do TJDFT. Para grande parte dos professores, a implantação do projeto Vozes da Paz na Instituição de Ensino foi uma ação pedagógica que teve como objetivo principal a promoção da cultura de paz no âmbito da escola pública, através da participação dos indivíduos nos espaços de dialógico e no protagonismo socioambiental, o que proporcionou o reestabelecimento da comunicação e da relação saudável.

Uma das vertentes desse projeto trata de trabalhar as questões ambientais através da construção de uma horta escolar no espaço oferecido pela escola. Ocorre que desde o início do ano de 2016 a escola já vinha desempenhando atividades de cultivo e cuidados de hortaliças na escola pelos professores e estudantes das turmas de 5º ano do Ensino Fundamental.

Gráfico 4. Você conhece a proposta pedagógica da escola?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao serem indagados sobre a possibilidade de contribuição da Educação Ambiental como instrumento da cultura de paz no âmbito da escola pública, os professores participantes da pesquisa foram unânimes em afirmar que essa seria de grande valia para os estudantes como parte do processo educativo, levando em consideração que o projeto político-pedagógico da escola contemplava as questões ambientais.

Contraditoriamente, a pesquisa revelou um fato curioso: dos professores participantes entrevistados, os quais foram abordados sobre o conhecimento do Projeto Político-Pedagógico da escola pesquisada – documento oficial da Instituição de Ensino –, uma parte considerável afirmou não saber do que se trata, conforme mostra o gráfico 4.

### 3.2 Formação de professores: compartilhando projetos e experiências docentes

Conforme apontado anteriormente, no início do ano de 2016, a escola pesquisada implementou um projeto de educação ambiental denominado Cantinho Verde. Os resultados oriundos das atividades desenvolvidas no projeto foram publicados no livro 4º Diálogos de Ciências, da SEEDF, em novembro de 2016<sup>6</sup>.

Nessa ocasião, a Unidade de Ensino foi convidada como representante da Regional de Ensino de Ceilândia para participar do lançamento do livro 4º Diálogos de Ciências e apresentar o Projeto de Educação Ambiental Cantinho Verde para aproximadamente 200 professores da rede pública de educação do Distrito Federal, e posteriormente para alunos de diversas faculdades brasileiras. Naquela ocasião as demais escolas representantes de outras regionais apresentaram seus projetos e divulgaram os bons resultados obtidos nas experiências práticas em Ciências.

Avançando nos resultados desta pesquisa na UE pesquisada, foi proposta a realização de uma oficina formativa de professores agentes de Educação Ambiental em parceria com Universidade Católica de Brasília (UCB), tendo em vista que as ações que envolvem toda a comunidade escolar trazem consigo o sentimento de pertencimento envolvido em determinada ação. Por menor

Gráfico 5. Professores que já participaram de alguma formação em Educação Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor.

que sejam as ações educativas elas surtem um grande efeito na comunidade escolar, uma vez que os processos de ensino e aprendizagem ultrapassam os muros da escola e chegam até as famílias dos estudantes.

Durante a realização da oficina formativa, muitos dos professores presentes no evento afirmaram, tanto oralmente quando por escrito, que a grande dificuldade encontrada para implementarem projetos de educação ambiental nas turmas de Anos Iniciais era a falta de formação e orientação por parte dos gerentes e gestores das instituições locais de ensino.

Por outro lado, quando indagados se haviam participado de cursos ou formações na área da Educação Ambiental, a grande maioria informou que nunca havia participado (Gráfico 5).

Também foi possível perceber no desenvolvimento da pesquisa que a formação continuada dos professores configura-se como aspecto que pode contribuir consideravelmente para a implantação de práticas que visem à construção de espaços de discussão de questões ambientais e construção de relações de paz, respeito e cooperação.

Contudo, diante dessas experiências, existe a constatação de que muitos professores da escola pública pesquisada desenvolvem seus projetos voltados para os cuidados do meio ambiente e sua sustentabilidade sem a formação continuada necessária. E, ainda, é notável que a formação de professores para Educação Ambiental tem sido mínima e de pouca importância ou frequência entre o conjunto de atores que compõem a escola da rede pública estudada.

## 4. Prática docente e educação ambiental: ação-reflexão-ação sobre a cultura de paz

O cotidiano escolar envolve muitos desafios e parte da reflexão sobre a ação em uma dinâmica constante que desencadeia maiores atitudes diante dos



problemas educacionais. Dessa forma, como parte dos resultados, a pesquisa identificou um movimento de ação-reflexão-ação sobre o tema em questão, no momento em os professores envolvidos no processo de formação apontaram felicitações, críticas e/ou sugestões, as quais se consideravam importante ressaltar. Entre elas, a possibilidade de viabilizar projetos e atividades que tenham como tarefa dar continuidade à formação de novos atores sociais que estejam plenamente envolvidos e comprometidos com as questões ambientais, patrimoniais ou pessoais, com a criação de estratégias para envolver a comunidade escolar na construção, plantio e manutenção da horta escolar, tanto nos períodos letivos quanto em épocas de recesso escolar, conforme levantamento das falas apresentadas no quadro 1.

Após a análise das falas dos professores participantes das formações, notou-se que as expectativas em torno da implantação de novos projetos em Educação Ambiental como instrumento de promoção da Cultura de Paz eram bastante positivas e animadoras. Os professores demonstraram disposição em contribuir nas questões discutidas através de metodologias diversificadas, tais como: conversas, debates, atividades de pesquisa e apresentações em cartazes, confecções de brinquedos a partir de material reciclado, entre outras, que proporcione aos estudantes o sentir-se pertencente a todo o ambiente escolar.

Isto posto, ressaltamos que o tema a que se propôs investigar não objetivou, tão somente, a uma parcialidade ambientalista que supervaloriza o ambiente físico em detrimento dos valores éticos, sociais, políticos, econômicos e culturais que norteiam a sociedade moderna. Na nossa perspectiva, a educação ambiental precisa ser vista dialeticamente no contexto em que ela está inserida. Nesse caso, a escola pública em questão relacionando-se com os demais temas que emergem da mesma, quais sejam: a ética e a consciência ambiental dos estudantes dos Anos Iniciais, a construção de ambientes sociais saudáveis onde eles estão inseridos, entre outros.

Quadro 1. Manifestações dos professores sobre a Educação Ambiental.

PROFESSOR	FELICITAÇÕES, CRÍTICAS E/OU SUGESTÕES
P1	As atividades são positivas, pois possibilitam as crianças mexerem na terra e descobrir outro universo e possibilidade de aprendizagem.
P2	"Olha, eu não trabalho diretamente com a educação ambiental porque a minha turma é de alunos especiais provenientes de outras da escola".
P3	"As expectativas para a implantação de outros projetos de Educação Ambiental são bastante animadoras, pois dará um novo impulso ao que já temos e ampliará para toda a escola".
P7	"Sugiro que sejam envolvidos todos os segmentos da escola, no sentido de delegar responsabilidades".
P8	"Na minha turma já desenvolvo atividades de conscientização da limpeza dos ambientes, organização e falo sobre os cuidados que devemos ter com o meio ambiente e também do consumo consciente da água".
P9	"Sugiro que seja dada orientação sobre a viabilidade da separação e destinação final dos resíduos sólidos da escola".
P10	"Minhas expectativas em relação à implantação de outros projetos são positivas, pois é necessário ter boa vontade e participação de todos nos projetos".
P11	"Na minha turma trabalho as questões da reciclagem, conscientização de jogar o lixo na lixeira e manter o ambiente limpo e organizado, além da conservação dos recursos naturais".
P12	"Acredito que seja necessário montar um cronograma para que todas as turmas possam participar plenamente dos projetos, já não somente faz parte da cidadania, mas também do processo de crescimento pessoal".
P15	"Sugiro que haja uma parceria maior com a comunidade escolar, pois uma vez que fazemos parte do meio ambiente, podemos trabalhar questões relacionadas ao respeito e ao cuidado com aquilo que necessitamos".

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.1 Protagonismo sócio ambiental na escola pública

Os professores, os estudantes e a comunidade da escola pública são considerados os principais protagonistas socioambientais. Esses não devem manter-se conformados com as diversas situações de conflitos, agressões, violências ou medo no ambiente escolar. É necessária uma tomada de decisão em busca da criação de espaços de acolhimento, diálogo e companheirismos no sentido de resolver coletivamente tais situações. De acordo com Milani (2003), somente através de suas práticas conjugadas com a formação continuada será possível traçar estratégias de promoção da cultura de paz:

Se a escola deseja buscar alternativas para lidar com o fenômeno da violência, cabe a ela criar oportunidades para que os alunos problematizem a questão, analisem seus diversos aspectos, discutam suas opiniões e se mobilizem para criar um ambiente de paz (p. 50).

Nesse aspecto, percebe-se que a formação de professores, estudantes, equipe gestora e comunidade – com a finalidade de lançar mão da Educação Ambiental como instrumento de promoção da cultura de paz – estão dando os seus passos iniciais. A implantação do que se chama de Círculo da Paz visa estimular a reflexão sobre os principais problemas vividos pela comunidade

escolar, quer sejam estruturais ou pessoais, na tentativa de buscar por soluções.

No âmbito da prática pedagógica, percebe-se que a dimensão ambiental e sustentável das discussões estão diretamente ligada com as opiniões acerca do conteúdo programático e com a formação limitada dos profissionais que irão trabalhar com o assunto. Esse fenômeno é confirmado pelas respostas apresentadas pelos sujeitos investigados na pesquisa quando foram indagados se frequentavam os cursos oferecidos pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE)<sup>7</sup> ou em outras instituições.

Assim, diante desse debate, cabe a nós fazer as seguintes indagações: Por que muitos professores resolvem implementar práticas pedagógicas de educação ambiental com turmas de Anos Iniciais sem que haja uma formação específica, um acompanhamento e avaliações? É possível afirmar que as escolas públicas de anos iniciais do Distrito Federal estão dando a devida importância para projetos pedagógicos que primem pela educação ambiental nas turmas de tempo integral? O que as equipes gestoras e de coordenação pedagógicas tem feito para incentivar a pesquisa e a formação de professores na área da educação ambiental?

## Considerações finais

A construção de uma cultura de paz em ambientes escolares perpassa a abertura de espaços que estejam suscetíveis a dar voz aos dilemas e problemas dos protagonistas do processo educacional e a buscar constantemente por solução para os mesmos. Pois na medida em que os indivíduos passam a agir com o sentimento de solidariedade, respeito, cooperação e pertencimento dos espaços públicos, as decisões passam a ser tomadas mediante amplo diálogo entre todos, e suas atitudes passam a ser em favor da preservação e da manutenção do patrimônio coletivo.

A prática pedagógica de construção com a horta escolar nos anos iniciais na escola pública tem o caráter

de estimular os estudantes a desenvolverem tarefas conjuntas de plantio, cuidados e registros escritos em diários, cadernos ou através da produção e pintura de desenhos. Os relatos de professores apontaram que é nas atividades práticas e coletivas que os estudantes mais se preocupam com o cuidado que se deve ter com o meio ambiente, com as plantas e animais. Como consequência desse cuidado, surge também o cuidado que se deve ter com os outros indivíduos que convivem diariamente no espaço escolar público.

Resta dar continuidade ao processo de formação dos protagonistas dos anos iniciais da escola pública. Fazendo assim, os professores, gestores, comunidade escolar e os pequenos-grandes atores sociais podem instrumentalizar-se com as ferramentas necessárias, tornando-se capazes de solucionar os conflitos existentes entre si e na estrutura escola pública a fim de preservar o patrimônio comum a todos.

Ratifica-se o que foi dito no início deste trabalho: todos os envolvidos no processo educacional dos estudantes dos Anos Iniciais deve acreditar que a transformação é possível, e não devem apenas ficar estacionados no tempo vendo um mundo que pode estar se decompondo.

Ao optar pelo conformismo e pela passividade diante do dever histórico da nossa sociedade, o cientista deixa de lado o potencial crítico de que dispõe, com o qual pode contribuir para a transformação social com proposições teóricas e ações concretas no âmbito em se desempenha (SORIANO, 2004, p. 20).

Por fim, a apresentação dos dados desta pesquisa tornou-se relevante na medida em que procura compreender as ações pedagógicas que visam solucionar de conflitos no âmbito escolar envolvendo estudantes, professores gestores da escola selecionada. Portanto, por essa e outras razões, é urgente e necessário abordar de maneira clara, objetiva, consciente e responsável a dimensão ambiental da cultura de paz na formação de professores, estudantes, gestores e comunidade em geral da escola pública. Isso torna-se uma tarefa desafiadora, e, sobretudo, nobre. ■

## Notas

<sup>1</sup> Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR-PR), mestre em Educação Ambiental (FURG-RS) e Licenciada em Ciências Biológicas (UNESP/SP).

<sup>2</sup> Neste ano foi instituída a década para a Educação Ambiental.

<sup>3</sup> Trata-se da pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, tendo como objetivo a promoção das sociedades sustentáveis.

<sup>4</sup> Vale ressaltar que é possível concordar com a autora de que “a violência dentro das escolas não escolhe regiões centrais nem periféricas” e que “todas, de igual maneira, registram os mesmos e tristes casos”. Além disso, há de ser convir que nos ambientes escolares que atendem um número maior de estudantes provenientes de regiões consideradas áreas de risco social ou marginalizadas, boa parte dos professores pode cair na falsa crença que os problemas de conflitos, agressões e de violência dentro das escolas são mais frequentes em naquelas que atendem as crianças mais pobres (MILANI, 2003, p. 49).

<sup>5</sup> O Projeto Vozes da Paz foi ofertado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), através do programa Justiça Comunitária, à algumas escolas públicas, para formar professores com vista a desenvolverem ações de solução de conflitos em sala de aula ou na escola e estabelecer espaços abertos ao diálogo entre os estudantes e/ou professores, gestores e comunidade escolar.

<sup>6</sup> Páginas 14 e 15 da edição eletrônica. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/fev17/ens\\_fund\\_4o\\_caderno\\_dialogo\\_ciencias.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/fev17/ens_fund_4o_caderno_dialogo_ciencias.pdf)>. Acesso em 20 dez. 2018.

<sup>7</sup> O Centro de Aperfeiçoamentos do Profissionais de Educação é o órgão da SEEDF responsável por oferecer cursos em diversas áreas educacionais para os professores da rede pública de ensino. Semestralmente são oferecidos cursos na área de Educação Ambiental, com cargas horárias específicas tanto para os professores do quadro efetivo quanto para os de contrário temporário.

## Referências bibliográficas

BRASIL. **Educação ambiental**. — Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP 2/2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70.

CUNHA, Circe. **Educação, o maior desafio**. Correio Braziliense, Brasília-DF, 20 dez. 2018. Caderno Opinião, p. 15.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto 31.129 de 04 de dezembro de 2009**. Regulamenta a lei 3.833, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental do Distrito Federal, cria o Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal, complementa a Lei Federal 9.795/99, no âmbito do Distrito Federal, e da outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei 3.833 de 27 de março de 2006**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental do Distrito Federal, cria o Programa de Educação Ambiental do Distrito Federal, complementa a Lei federal nº 9.795/1999 no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). **Caderno do 4º Diálogo de Ciências**. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/fev17/ens\\_fund\\_4o\\_caderno\\_dialogo\\_ciencias.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/fev17/ens_fund_4o_caderno_dialogo_ciencias.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade**. São Paulo: Instituto Paulo Freire – USP, 1998. Disponível em: [http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra3\\_eco\\_educacao\\_sustentabilidade\\_gadotti\\_1998.pdf](http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/palestra3_eco_educacao_sustentabilidade_gadotti_1998.pdf). Acesso em: 15 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra**. 4 ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4 ed. São Paulo – SP: Cortez, 2007.

MILANI, Feizir Mausrou; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Orgs.). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador – BA: Edições INPAZ, 2003.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações. Ponta Grossa – PR: Editora UEPG, 2009.

NÓVOA, Carlos Alberto Torres. **Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire**: antologia de textos selecionados, 1921. Seleção, estudo preliminar e notas. Tradução Mônica Mattar Oliva. São Paulo – SP: Editora Loyola, 1979.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2014.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual da Pesquisa Social**. Petrópolis – RJ: Vozes 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Guia de Formação em Mediação Comunitária (2016)**. Disponível em: <[https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/justica-comunitaria/copy4\\_of\\_2017JCOMUNITARIAGuiaMediacaoComunitariaWEB2expedientefolhaafolha.pdf](https://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/justica-comunitaria/copy4_of_2017JCOMUNITARIAGuiaMediacaoComunitariaWEB2expedientefolhaafolha.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2018.

## Bibliografia complementar

DISTRITO FEDERAL – Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. **Atlas do Distrito Federal 2017**. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital Por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Resumo-PDAD-Ceil%C3%A2ndia.pdf>. Acesso em: 20 dez 2018.

\_\_\_\_\_. **Ranking de Desempenho Ambiental 2016**. Disponível em: <<http://siedf.codeplan.df.gov.br/ambiental/ranking-de-desempenho-ambiental-2016/>>. Acesso em 20 dez. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1989.

JACOBI apud PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Metodologias em Educação Ambiental** (org.) – Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

REIGOTA, Marcos; PRADO, Bárbara Heliodora Soares do. **Educação Ambiental: utopia e práxis**. São Paulo: Cortez, 2008.

REVISTA ÉPOCA (On Line). **Sol Nascente, a favela de Brasília que caminha para se tornar a maior do Brasil**. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sol-nascente-favela-de-brasilia-que-caminha-para-se-tornar-maior-do-brasil-22882335>>. Acesso em 20 dez. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2014.